



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **11 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 13 de janeiro de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO Ministério vai sofrer queda nas verbas VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO DILMA CRIA CONSELHO DE GESTÃO PARA COBRAR DESEMPENHO DE MINISTÉRIOS VEICULAÇÃO NACIONAL	3
FOLHA DE SÃO PAULO Governo não vai propor reforma da Previdência VEICULAÇÃO NACIONAL	5
FOLHA DE SÃO PAULO PRESIDENTE ADMITE SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 545 EM 2011 VEICULAÇÃO NACIONAL	7
O GLOBO Medidas para incentivar exportadores beneficiaram só 0,3% das empresas VEICULAÇÃO NACIONAL	8
Assessoria de Comunicação MDIC Exportações da Região Norte foram as que mais cresceram em 2010 VEICULAÇÃO NACIONAL	9
VALOR Mercosul e a indústria naval - um novo cenário :: Felipe Ferreira Silva VEICULAÇÃO NACIONAL	11
VALOR Medida para resíduos sai até junho VEICULAÇÃO NACIONAL	13
VALOR Decreto não esclarece cumprimento de normas estaduais..... VEICULAÇÃO NACIONAL	14
VALOR Em cinco anos, governo federal investe R\$ 2,9 bi em programas de cooperação VEICULAÇÃO NACIONAL	15
VALOR Dilma fará duro discurso sobre gasto público VEICULAÇÃO NACIONAL	16

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Ministério vai sofrer queda nas verbas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Fundo Nacional de Cultura terá menos dinheiro - e escândalo das emendas deve restringir os ""aditivos""

Jotabê Medeiros - O Estado de S.Paulo

Duas mudanças recentes devem ditar os rumos do **Ministério** da Cultura neste começo de ano. A primeira é uma ligeira queda expressa no valor do Orçamento 2011 enviado ao Congresso - terá menos recursos, por exemplo, o Fundo Nacional de Cultura, que permite incentivo direto.

O orçamento total do MinC em 2011 é de R\$ 1,65 bilhão, e o Fundo Nacional de Cultura (FNC) em 2011 terá apenas R\$ 326 milhões. Em 2010, esse valor foi de R\$ 898 milhões para o FNC (em 2009, também foi superior, de R\$ 523 milhões).

No total, o orçamento como um todo também deve sofrer com a nova restrição às emendas parlamentares (gerada pelo escândalo recente envolvendo o relator Gim Argello, que se afastou após a descoberta, pelo Estado, do envio de recursos a entidades culturais "fantasmas"). No ano passado, aquelas emendas garantiram um aumento de R\$ 858 milhões no Orçamento de 2010, levando o MinC a um valor recorde de R\$ 2,3 bilhões. Em agosto, decreto do ex-presidente **Lula** "blindou" os recursos do FNC de quaisquer tipos de contingenciamento - a queda substancial no valor destinado ao FNC já seria preventiva, para garantir o não engessamento de recursos.

A outra novidade que mexe com a dinâmica de financiamento do **Ministério** da Cultura veio no último dia do ano. Foi editada uma Instrução Normativa alterando procedimentos de uso da atual Lei Rouanet. O MinC restabeleceu o pagamento de 10% do valor de um projeto incentivado para o pagamento de "serviços de captação" - o profissional que formata projetos e vai até as empresas buscar patrocínio. Isso vale até o teto máximo de R\$ 100 mil.

Foi a segunda decisão sobre esse assunto em cerca de dois meses - em outubro, o MinC tinha fixado o percentual em 7,5% (até o limite máximo de R\$ 50 mil). Mas houve uma grita dos produtores culturais, que chiaram no final do ano alegando que não estavam conseguindo captadores com base nesses valores. O **Ministério** informou que essa decisão foi da

gestão Juca Ferreira, e não da nova ministra Ana de Hollanda.

O ex-ministro Juca Ferreira já previa o patamar de 10% no anteprojeto da nova Lei de Incentivo à Cultura, que tramita no Congresso (embora o ex-ministro manifestasse publicamente contrariedade em relação ao que batizou de "despachantes da cultura", que enxertariam valores extras no custo).

Em 2009, durante debate em São Paulo, Claudio Weber Abramo, presidente da organização não governamental Transparência Brasil, chegou a estimar que a atual Lei Rouanet propiciasse um "índice de desperdício" de até 30% em boa parte dos projetos. Esse percentual estaria concentrado, principalmente, no que ele chamou de "atravessadores" da lei (produtores que embutiriam nas planilhas de custos comissões arbitrárias, além de outras despesas alheias ao propósito final).

Ao mesmo tempo em que diminuiu a verba para estímulo direto à cultura pelo MinC, algumas instituições vinculadas, como a Agência Nacional de Cinema (Ancine), tiveram aumento orçamentário - o da Ancine saltou de R\$ 86,2 milhões em 2010 para R\$ 96,6 milhões em 2011.

Ontem, chegou ao Congresso o primeiro projeto de escopo cultural do governo Dilma (PL 8052/11). Trata-se de uma proposta de combate à pirataria, e que altera o Código Penal para agilizar o julgamento de crimes contra o direito autoral. Permite a perícia de bens por amostragem - dispensa obrigação de se analisar um por um todos os CDs e DVDs apreendidos numa operação policial.

MUDANÇAS NA ROUANET

Retorno

Volta a valer o percentual de 10% para remuneração do agente cultural que busca patrocínio (com limite de R\$ 100 mil);


Flutuante

É permitido o remanejamento de despesas entre os itens do orçamento do projeto cultural (no limite de 15% do valor do item, e sem alterar o valor total); também flexibiliza a

transferência de saldos não utilizados em um projeto para outros projetos;

Anúncios

Obrigação de mostrar com antecedência de 5 dias peças de divulgação, e inclusão de até 20% do total do projeto com mão de obra (circulação de espetáculos).

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO DILMA CRIA CONSELHO DE GESTÃO PARA COBRAR DESEMPENHO DE MINISTÉRIOS		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Na primeira reunião ministerial, marcada para amanhã, presidente vai exigir de sua equipe o cumprimento de resultados por setores do governo, impondo um estilo mais "empresarial" de administração; agências reguladoras terão padrão "técnico"

João Bosco Rabello - O Estado de S.Paulo

Na primeira reunião ministerial de seu governo, marcada para amanhã, a presidente Dilma Rousseff comunicará sua decisão de impor um forte ajuste nos gastos públicos, especialmente com custeio, que será **monitorado** de forma rigorosa pelo governo.

Ela reforçará a advertência de que as indicações políticas serão respeitadas, mas que os titulares das pastas terão de se comprometer com resultados que serão cobrados, conforme antecipou reportagem do Estado publicada no domingo. Para as agências reguladoras, nenhuma concessão: as indicações têm de ser necessariamente técnicas e passar pelo seu crivo pessoal.

Na cabeça da presidente está um conceito de governança empresarial, nos moldes do setor privado, que produza um mapa da eficiência de cada área do governo - do primeiro aos demais escalões. O instrumento desse controle será um novo conselho - de Gestão e Competitividade -, ligado diretamente à Presidência da República.

Controle. Esse formato obrigará cada ministro a fixar metas de redução de custos e de realizações, apresentando-as nas reuniões ministeriais periódicas, confrontando-as com os resultados dos demais colegas e justificando no plenário os critérios empregados. Informará o que cortou, onde cortou e quanto cortou. E o quanto realizou no contexto dos cortes.

Não se conhece ainda, no governo, a composição desse novo conselho, mas há uma certeza: dele fará parte o empresário Jorge Gerdau, do grupo que leva seu nome, interlocutor com prestígio junto à presidente e inspirador de sua criação.

A administração dos recursos não se limitará aos cortes no custeio da máquina pública, mas também a uma revisão que traga seletividade aos gastos. "Fazer mais com menos, melhorando a qualidade dos gastos", resumiu uma fonte palaciana.

Investimentos. Dilma não utiliza em nenhum momento a expressão ajuste fiscal, mas deixará claro que vai manter o nível de investimentos que se viabilizará com a redução de custos do governo. Dirá que, no Brasil de hoje, crescimento não gera crise nem inflação.

Ela considera que o País viveu em 2010 um crescimento maior que no período Ernesto Geisel. E acha que ele pode crescer puxado por uma taxa de investimentos acima de 20%. Estima um superávit primário correspondente neste momento a 3% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e crescimento médio de 5% ajudado também pela demanda crescente de alimentos e commodities.

Dilma tem tratado com reservas o tema cambial, mas já confidenciou a interlocutores próximos considerar que o **Brasil** paga o ajuste da crise de forma indevida, pois fez o chamado dever de casa: câmbio flutuante, superávit maior que a maioria dos países, déficit nominal pequeno e ainda enfrenta protecionismos e a prática de dumping.

E que há uma tolerância com medidas de controle cambial que estão sendo adotadas em outros países.

"Parece que querem controles cambiais para todos, menos pro Brasil."


Adequação. Ela tem dado sinais de que exercerá um programa **monitorado** para não deixar vulnerável o País. Tem chamado de linha "macroprudencial" esse processo de adequação permanente à crise internacional, como faz a China.

Mas no governo ninguém descarta a hipótese de novas medidas cambiais para conter a valorização excessiva do real. Segundo assessores, Dilma cita com frequência o episódio protagonizado pelo primeiro-ministro inglês Winston Churchill

(1874-1965), que após negar alterações no câmbio e ser desmentido horas depois pelos fatos, deu de ombros: "Isso é o câmbio."

A dificuldade de conciliar todos esses objetivos com **Ministério** historicamente guiados pelos interesses da política partidária é um dilema que frequenta as preocupações da presidente.

Para estabelecer um limite aos ministros, costuma filosofar: "Não quero a virtude dos homens, mas a das instituições". Segundo ela, a máquina pública tem de ser transparente e comprometida com a ética e a prática republicanas.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo não vai propor reforma da Previdência		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A presidente Dilma Rousseff não propôs uma reforma da Previdência, informa Valdo Cruz. O Executivo pretende deixar a reforma política para o Congresso.

A prioridade do Planalto será dada a projetos na área tributária, como a desoneração da folha de pagamento.

Para Dilma, não vale a pena investir em reformas de alto custo político e consumo de energia "monstruosa" no início de mandato.

Após o início de crise com o PMDB, a presidente decidiu que as indicações para o segundo escalão ficarão para o próximo mês.

Dilma desiste de propor reforma da Previdência

Presidente evita medidas que causem alto custo político no início do mandato Petista investe capital político na aprovação de pontos da reforma tributária para ampliar competitividade do país

VALDO CRUZ

DE BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff não vai propor uma reforma da Previdência Social e pretende deixar para o Congresso a reforma política.

Dilma tem dito a interlocutores que não vale a pena investir em reformas que impliquem custo político e consumo de energia "monstruosa" nesse início de mandato.

A presidente prefere usar seu capital político na aprovação de três ou quatro projetos pontuais da reforma tributária, entre eles a desoneração da folha de pagamento, que devem ser enviados ao Congresso em fevereiro.

Em sua opinião, essa é a prioridade da agenda política nesse começo de governo para dar mais

competitividade ao empresariado nacional, principalmente diante do aumento da competição de produtos externos.

Em sua segunda semana de trabalho, Dilma dirá à sua equipe que terá de fazer cortes em seus orçamentos para cumprir a meta de superavit primário de 3% do **PIB** e vai exigir de todos os ministros que façam mais com menos.

PRIMEIRA REUNIÃO

O recado será dado amanhã, durante sua primeira reunião ministerial, quando também irá cobrar compromisso com a ética e a prática republicana de gestão.

Segundo ela defende em conversas, esse princípio não será uma recomendação, mas uma exigência.

Depois de enfrentar logo na primeira semana de trabalho um início de crise com seu principal aliado, o PMDB, Dilma decidiu que as indicações de segundo escalão, de autarquias e estatais, ficam para fevereiro.

Sua mensagem à base aliada é que aceitará indicações, mas exigirá nomes com perfil técnico. No caso do sistema Eletrobrás, sinaliza que levará essa exigência ao extremo, pois deseja impor à estatal modelo de governança como o da Petrobras.

No caso das agências reguladoras, a presidente tomou a decisão de não aceitar nomeações políticas.

Ao orientar sua equipe a enxugar seus orçamentos, dirá que devem ser priorizados cortes em despesas com viagens, carros, gasolina, aluguéis e reformas. Deixará, porém, seus ministros escolherem onde cortar, desde que dentro da meta.

PAC

Dilma dirá ainda a seus ministros que os investimentos públicos serão poupados, o que inclui

especialmente as obras do **PAC** (Programa de Aceleração do Crescimento).

Segundo ela, manter e acelerar os investimentos é essencial para garantir a estabilidade econômica do país. Seu lema é que o crescimento do **Brasil** não produz crise, pois está baseado no aumento da taxa de investimentos e do **mercado** consumidor.

Além disso, Dilma vai determinar à sua equipe que trabalhe na criação de portas de saída do Bolsa Família. Sua intenção é utilizar programas de treinamento de mão de obra, tanto da mais qualificada como daqueles que necessitam de uma inclusão produtiva.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO PRESIDENTE ADMITE SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 545 EM 2011		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DE BRASÍLIA

A presidente Dilma admite um salário mínimo de até R\$ 545 em 2011. Para ela, o ideal é manter a regra atual que define o aumento do piso baseado no crescimento da economia nos dois anos anteriores ao reajuste.

Trata-se de um recado aos sindicalistas, que querem o mínimo a R\$ 580. Dilma orienta sua equipe a trabalhar contra o aumento e reclama dos que pedem um reajuste maior, transferindo o ônus do veto para ela.

O governo Lula elevou o mínimo para R\$ 540, reajuste de 5,88%. Só que o índice de preços fechou acima disso. Com isso, o valor deveria ser de R\$ 543. A equipe de Dilma propõe que fique em R\$ 545, porque as máquinas de sacar dinheiro não fornecem moedas de R\$ 1.

Na área cambial, Dilma assume o compromisso de não mudar o sistema de câmbio flutuante, mas sinaliza que seu governo continuará adotando medidas pontuais, como as anunciadas na semana passada pelo Banco Central para combater a valorização do real.

Ela reclama dos países desenvolvidos, que parecem defender nas reuniões que ninguém deve adotar medidas de controle de entrada de capital externo, mas tomam medidas que prejudicam os emergentes.

A presidente, porém, refuta a possibilidade de adotar uma quarentena para breca a entrada de **dólares**.

Dilma estabeleceu como meta de seu governo um crescimento da economia entre 4,5% e 5,5%.0 (VC)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Medidas para incentivar <u>exportadores</u> beneficiaram só 0,3% das empresas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

De dez iniciativas apresentadas pelo governo, apenas duas saíram do papel

Martha Beck e Vivian Oswald

BRASÍLIA. Enquanto novas medidas são trabalhadas pelo governo na área comercial para minimizar os efeitos do câmbio sobre as exportações, o pacote de incentivos ao setor que foi anunciado há oito meses como sendo a salvação da pátria pouco ajudou. Das dez medidas apresentadas, apenas duas saíram do papel. E a principal delas - devolução mais rápida de créditos de PIS/Cofins e IPI acumulados pelos empresários na compra de matérias-primas - só beneficiou 55 companhias, que conseguiram receber somente R\$143,5 milhões. O número corresponde a cerca de 0,3% do total de quase 20 mil empresas.

A Agência Brasileira de Seguros e o Exim-Brasil, subsidiária do **BNDES** que passaria a reunir todas as operações de comércio exterior do banco de fomento, ficaram apenas no discurso. Também ficaram a ver navios os pequenos empresários, que esperavam poder continuar no Simples mesmo que seu faturamento ficasse acima do limite de enquadramento no regime por conta de exportações. Hoje, isso não é permitido.

- Essa medida incentivaria os empresários a continuar investindo em exportações. Mas nada aconteceu. Se uma pequena empresa elevar suas vendas para outros países e, com isso, subir seu faturamento, ela vai ser excluída do Simples - afirmou o gerente de Políticas Públicas do Sebrae, Bruno Quick.

Segundo o vice-presidente da Associação de **Comércio** Exterior do **Brasil** (AEB), José Augusto de Castro, nos últimos anos nenhuma medida adotada pelo governo foi capaz de melhorar o ambiente de negócios para os exportadores. Ele afirmou que, se as exportações bateram recorde em 2010, foi

exclusivamente pela situação internacional e não por qualquer medida que tenha sido tomada pelo Executivo.

Exportadores acumulam créditos de R\$20 bi, diz Fiesp


Castro destacou que uma medida **importante** que precisa ser adotada é a possibilidade de abater créditos tributários com créditos previdenciários, que já vem sendo estudada pela equipe econômica.

- Mas, para melhorar a situação em definitivo, é preciso adotar medidas de longo prazo, como investimentos em infraestrutura e desburocratização - disse o vice-presidente da AEB.

Segundo o diretor de **Comércio** Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Gianetti, os créditos acumulados pelos exportadores com o setor público chegam a R\$20 bilhões somente na esfera federal. Já com os estados, os créditos de **ICMS** variam de R\$20 bilhões a R\$30 bilhões.

- São pelo menos R\$40 bilhões que estão nas mãos do governo e que poderiam estar financiando investimentos e ajudando as empresas a ganharem competitividade - disse Gianetti, destacando que mesmo com ajustes que o governo fez no ressarcimento aos exportadores recentemente, não houve melhora.

A segunda medida que acabou saindo do papel foi uma linha de financiamento do **BNDES** com taxas reduzidas para a exportação de bens de consumo. Os empresários já utilizaram praticamente todos os R\$7,5 bilhões postos à disposição pelo governo.

	VEÍCULO ASSESSORIA MDIC	EDITORIA	
	TÍTULO Exportações da Região Norte foram as que mais cresceram em 2010		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Números da balança comercial das unidades da federação e dos municípios, divulgada pelo MDIC nesta quarta-feira, também mostram que Minas Gerais, Pará e Mato Grosso foram os estados que registraram os maiores superávits no ano

O **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** divulga, nesta quarta-feira (12/1), informações referentes à balança comercial dos estados e do Distrito Federal, e também de 2.361 municípios brasileiros que efetuaram operações com o **mercado** externo em 2010 (251 dias úteis). As Regiões Sudeste (US\$ 13,497 bilhões), Centro-Oeste (US\$ 5,494 bilhões) e Norte (US\$ 2,372 bilhões) foram superavitárias, enquanto que as regiões Sul (US\$ 2,066 bilhões) e Nordeste (US\$ 1,619 bilhões) fecharam o ano com déficits na balança comercial.

No levantamento por regiões, as **exportações** da Região Norte foram as que mais cresceram em 2010, no comparativo com o mesmo período de 2009, com expansão de 49,44%. As vendas nortistas ao exterior passaram de US\$ 10,111 bilhões, em 2009, para US\$ 15,11 bilhões, ano passado. Os embarques da região corresponderam a 7,48% do total **exportado** pelo país em 2010 (US\$ 201,915 bilhões).

Em valores absolutos, a Região Sudeste foi a que mais exportou, US\$ 115,494 bilhões, com alta de 40,97% sobre as vendas de 2009 e com participação de 57,20% sobre o total vendido pelo país em 2010. Já as vendas externas da Região Nordeste tiveram aumento de 36,6%, fechando o ano em US\$ 15,867 bilhões. Os embarques representaram 7,86% das **exportações** brasileiras.

Considerando o mesmo o período comparativo, o Sul registrou aumento de 12,94% nas **exportações** realizadas em 2010 (US\$ 37,14 bilhões), com participação de 18,39%. A Região Centro-Oeste, por sua vez, teve crescimento de 10,64%, chegando a US\$ 15,61 bilhões, o que representou 7,73% do total vendido no ano.

Quanto às **importações**, o Nordeste registrou a maior expansão em comparação a 2009 (61,98%), com compras no valor de US\$ 17,487 bilhões. Em seguida, aparece a Região Norte, com aumento de 57,67% e aquisições no valor de US\$ 12,738 bilhões.

A Região Sul teve alta de 48,63% nas **importações** e somou US\$ 39,207 bilhões em compras. Já o Sudeste comprou US\$ 101,996 bilhões, com aumento de 36,05% em relação a 2009. No Centro-Oeste (US\$ 10,116 bilhões), o crescimento foi de 36,217%.

Estados

Em relação aos estados, São Paulo (US\$ 52,293 bilhões) foi o que mais exportou em 2010, acompanhado por Minas Gerais (US\$ 31,224 bilhões) e Rio de Janeiro (US\$ 20,022 bilhões). Em seguida, aparecem Rio Grande do Sul (US\$ 15,382 bilhões) e Paraná (US\$ 14,176 bilhões). Em relação ao 2009, a única alteração na ordem da lista foi o Rio de Janeiro, que estava em quarto lugar e passou para terceiro. No mesmo período comparativo, todos os estados brasileiros tiveram variação positiva na média diária, com exceção de Piauí (-22,86%) e Roraima (-8,27%).

Nas **importações**, São Paulo (US\$ 67,772 bilhões) foi o estado que mais fez compras no estrangeiro em 2010, seguido de Rio de Janeiro (US\$ 16,663 bilhões), Paraná (US\$ 13,953 bilhões), Rio Grande do Sul (US\$ 13,279 bilhões) e Santa Catarina (US\$ 11,974 bilhões). Em 2009, Minas Gerais (US\$ 9,964 bilhões) havia ocupado a quinta posição. O único estado que apresentou variação negativa para as **importações** no comparativo com 2009 foi Roraima (-25,65%).

Quanto ao saldo da balança comercial por estado, os maiores superávits foram registrados por Minas Gerais (US\$ 21,259 bilhões), Pará (US\$ 11,687 bilhões), Mato Grosso (US\$ 7,462 bilhões), Espírito Santo (US\$ 4,359) e Rio de Janeiro (US\$ 3,358 bilhões). Os estados mais deficitários foram São Paulo (US\$ 15,479 bilhões), **Amazonas** (US\$ 9,936 bilhões), Santa Catarina (US\$


4,392 bilhões), Pernambuco (US\$ 2,160 bilhões) e Distrito Federal (US\$ 1,416 bilhão).

Municípios

Em 2010, os municípios que mais **exportaram** foram: Angra dos Reis (RJ) - US\$ 9,728 bilhões; Parauapebas (PA) - US\$ 7,894 bilhões; São Paulo (SP) - US\$ 6,284; Itabira

(MG) - US\$ 6,02 bilhões; e São José dos Campos (SP) - US\$ 5,221 bilhões.

Na lista dos municípios que mais **importaram** no ano, estão: São Paulo (SP) - US\$ 14,142 bilhões; **Manaus** (AM) - US\$ 11,003 bilhões; Rio de Janeiro (RJ) - US\$ 7,147 bilhões, Itajaí (SC) - US\$ 5,260 bilhões, e São Sebastião (SP) - US\$ 4,845 bilhões.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Mercosul e a indústria naval - um novo cenário :: Felipe Ferreira Silva		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Desde 2008, quando o Brasil começou a construir grandes petroleiros e a incorporar tecnologias de ponta na indústria naval, o país passou a ser reconhecido mundialmente como uma grande potência nessa área. De acordo com o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), as indústrias da construção naval e náutica empregam aproximadamente 80 mil pessoas.

A atividade da indústria naval é considerada estratégica para o governo. E não só pela capacidade de gerar empregos, mas, também, pela possibilidade de atração de investimentos de grande porte. Essa realidade se tornou ainda presente com a descoberta do pré-sal e a retomada do uso das hidrovias. Em razão disso, a demanda por embarcações de apoio, petroleiros, sondas, plataformas de petróleo, navios de transporte de óleo, gás e graneleiros, não vai parar de crescer

No que se refere ao pré-sal, por exemplo, recentemente foi descoberta uma megajazida na área de Libra, que pode dobrar as reservas brasileiras. A seu turno, a retomada do uso das hidrovias é tema recorrente nos encontros e debates que discutem os problemas logísticos do Brasil, e, diga-se, não passa despercebido aos olhos da Secretaria Especial de Portos (SPE).

O uso de hidrovias pode ser uma das saídas para os gargalos da infraestrutura nacional, já que o país não pode ficar refém do transporte rodoviário, necessitando, urgentemente, de estudos que identifiquem qual o melhor aproveitamento que pode ser dado às nossas hidrovias.

Sabe-se que a indústria naval no Brasil está bem estruturada e já dispõe de tecnologia avançada. Porém, para suprir todas as encomendas que serão feitas nos próximos anos, será preciso que algumas peças e serviços sejam fornecidos por outros países. Por isso, a ideia de incluir os países do Mercosul como aliados nessa empreitada deve ser considerada pelos operadores desse mercado. Vale dizer que o fortalecimento desse bloco é fator determinante para o desenvolvimento da região. Hoje, o Brasil é o centro do desenvolvimento industrial do Mercosul. Por isso, cabe ao nosso país a posição de liderar o crescimento de setores da

economia que geram grande número de empregos diretos e indiretos, como é o caso da indústria naval.

Para que isso se implemente, é importante que sejam definidas novas regras jurídicas e diretrizes políticas entre os países do bloco. Isso possibilitará que haja um efetivo trânsito livre de mercadorias e serviços intrabloco.

Com esse cenário, entendemos como relevante a iniciativa dos países do Mercosul, especialmente Brasil, Uruguai e Argentina, que, há três anos, deram início a conversas para que esses dois últimos países possam participar do mercado naval brasileiro, por meio do fornecimento de peças e serviços. Hoje, Argentina e Uruguai tem interesses concretos em participar do mercado que a indústria naval brasileira oferece. Eles sabem, porém, que precisam aparelhar e desenvolver, com a maior rapidez possível, suas indústrias e prestadores de serviços ligados à área naval.

Considerando essas necessidades e focado no desenvolvimento da indústria naval do país, o governo do Uruguai, por exemplo, estimulou a criação de uma entidade denominada Cluster Naval de Montevideu, o qual detém uma área de 87 hectares para fomentar o crescimento da indústria naval. Já existem, inclusive, projetos sendo analisados pelo Cluster relativos à implantação de estaleiros destinados à construção e reparo de barcas.

Além de ceder uma área ao Cluster para o desenvolvimento dos projetos ligados à área naval, o governo uruguaio também concede incentivos fiscais para a instalação e desenvolvimento de projetos navais no país. Há, também, a possibilidade de investidores estrangeiros, que possuem operação nesse país, apresentarem e captarem recursos para viabilizar seus projetos junto ao Banco da República Oriental do Uruguai.

Além disso, caso as pesquisas se confirmem, o Uruguai também será um forte mercado no que se refere à sua própria indústria do petróleo e gás. Isso permitirá o nascimento de um outro mercado, paralelo ao do Brasil, para desenvolvimento da indústria naval. Há, ainda, a informação de que empresas britânicas identificaram a possibilidade de explorar petróleo nas Ilhas Malvinas. Certamente esse fato permitirá que a indústria naval do Uruguai possa servir de


apoio à exploração de petróleo efetuada pelos britânicos, abrindo, assim, outra oportunidade de negócios para esse setor da economia.

Na Argentina, os movimentos também são no sentido de incentivar o crescimento da indústria naval. A Asociación Bonaerense de la Industria Naval (Abin) e a Federación de la Industria Naval Argentina (Fina) não tem medido esforços para negociar e implementar um texto de acordo internacional entre os países do **Mercosul**, no sentido de criar um **mercado** recíproco e de cooperação na região. Com isso, seria facilitada a participação do setor naval dos países do bloco no **mercado** brasileiro, pois os produtos e serviços

produzidos nestes Estados poderiam ser considerados como sendo nacionais, já que teriam origem em países do **Mercosul**.

Essas iniciativas, que vêm sendo tomadas por parte dos países pertencentes ao bloco para concretizar um verdadeiro **mercado** comum no setor naval, são de extrema importância para o **desenvolvimento** do **Mercosul**. E é justamente fortalecendo esse bloco que todos, cidadãos, empresas e poder público, sairão ganhando.

Felipe Ferreira Silva é sócio do escritório Emerenciano, Baggio e Associados - Advogados.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Medida para resíduos sai até junho		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Laura Ignacio | De São Paulo

O Governo Federal tem até 23 de junho para estabelecer metas e prazos a serem cumpridos por empresas e órgãos públicos na destinação final de resíduos sólidos. A data foi fixada pelo esperado Decreto nº 7.404, publicado no fim do ano passado. No entanto, apesar de tão aguardado, o regulamento decepcionou advogados e representantes de companhias que esperavam por uma orientação mais clara quanto à política nacional de resíduos sólidos e as pesadas sanções previstas na Lei nº 12.305, que trata do tema.

O decreto que regulamenta a lei - que dentre outras coisas cria o sistema de logística reversa (volta do produto para o fabricante que será responsável por sua reciclagem ou condução a aterro sanitário) - trouxe apenas algumas diretrizes, como os requisitos para a elaboração de um acordo setorial. Enquanto não há regras explícitas, as empresas se previnem fazendo ajustes contratuais e minutas de acordos setoriais com as responsabilidades de cada etapa da cadeia produtiva.


Segundo especialistas, o que a regulamentação deixa claro é que, mesmo sem laudo comprobatório, poderá ser aplicada multa administrativa de até R\$ 50 milhões para quem descumprir obrigação prevista no sistema de logística reversa. Além disso, em razão do receio de empresários serem multados por displicência dos consumidores, a norma instituiu uma multa de R\$ 50 a R\$ 500 para os consumidores reincidentes no descumprimento das suas obrigações relacionadas à logística reversa e coleta seletiva.

Além disso, o decreto estabelece as ferramentas pelas quais será implantada a nova política nacional: regulamentos do poder público, acordos setoriais ou termos de compromisso. Para o advogado Fernando Botelho Penteadado de Castro, do Pinheiro Neto Advogados, as preocupações persistem porque as empresas esperavam metas a serem atingidas e atribuições das responsabilidades. "O decreto delega o detalhamento

necessário para o cumprimento da logística reversa a outros decretos ou acordos", afirma.

Enquanto o plano nacional de resíduos sólidos não determina como será implantada a logística reversa, os escritórios de advocacia tomam as medidas possíveis para as empresas se prevenirem. A advogada Lina **PIM**entel Garcia, do Mattos Filho Advogados, diz que há empresas se organizando para constituir uma nova associação para agilizar o trâmite dos acordos setoriais. Contratos também estão sendo revistos em razão da nova política nacional. "Geralmente é colocada uma cláusula dizendo: os termos desse contato deverão ser revistos em razão da Lei 12.305, de 2010, para garantir equilíbrio econômico-financeiro entre as partes", diz. Assim, se hoje é estipulada a cobrança de uma indenização caso o atacadista não divulgue o programa de reciclagem da empresa, amanhã essa obrigação poderá ser reformulada.

Por enquanto, segundo o consultor jurídico em direito ambiental Toshio Mukai, do Demarest & Almeida Advogados, as empresas devem mostrar para a União que estão elaborando um plano de gerenciamento de resíduos sólidos de acordo com sua atividade. Em relação à concorrência, ele já avisa que as empresas não poderão fugir do acordo setorial. "O que ela pode é preferir assinar um termo de compromisso", diz o advogado. Empresas que podem ser caracterizadas como empresas de produtos perigosos também vêm sendo orientadas a obter laudos. Uma empresa de embalagens de sementes tratadas com agrotóxicos, por exemplo, pode ter que provar na Justiça que não há contaminação das suas embalagens. O decreto regulamentador deixa claro que, no caso de produtos perigosos, o governo pode exigir a contratação de seguro por danos causados ao ambiente.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Decreto não esclarece cumprimento de normas estaduais		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Laura Ignacio | De São Paulo

O Decreto Federal nº 7.404, de 2010, que regulamenta a política nacional de resíduos sólidos, não esclarece como as empresas devem fazer para cumprir a lei nacional e, ao mesmo tempo, as demais normas estaduais ou municipais sobre resíduos sólidos. Segundo Silvano Silvério da Costa, secretário de recursos hídricos e ambiente urbano do Ministério do Meio Ambiente, tais normas regionais só não podem colidir com a política nacional. "Mas elas podem, sim, ser mais restritivas", afirma o secretário.


No Paraná, por exemplo, há uma legislação relacionada a lâmpadas desde a década de 80. As quatro maiores fabricantes de lâmpadas no país acumulam multas baseadas nessa legislação. Com a entrada em vigor da política nacional, empresas associadas à Associação Brasileira da Indústria de Iluminação (Abilux) firmaram um compromisso com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado. Segundo Isac Roizenblatt, diretor técnico da associação, o termo estipula que serão recolhidas e recicladas 260 mil lâmpadas fluorescentes disponíveis em 23 municípios do Estado do Paraná. "Cerca de 50% já foi reciclado", estima.

Segundo a secretaria paranaense, as multas relacionadas ao passado continuam a ser discutidas na Justiça.

A Philips, uma das empresas multadas, por exemplo, tem um programa de reciclagem de eletroeletrônicos em funcionamento desde 2008. Pretende reciclar suas lâmpadas em escala nacional até o fim do semestre. "Alguns ajustes deverão ser realizados no nosso programa em razão da política nacional", afirma Walter Duran, diretor de sustentabilidade da empresa.

Em São Paulo, a política nacional de resíduos sólidos foi um dos motivos que fez com que a Secretaria do Estado do Meio Ambiente de São Paulo prorrogasse a entrada em vigor do cumprimento das metas de reciclagem estabelecidas pela legislação estadual. "Adiamos para abril", afirma Casemiro Tércio Carvalho, ex secretário-adjunto.

A lei do Estado estabeleceu as chamadas metas estruturantes. De acordo com advogados, é o que as empresas esperam da política nacional. Não são estabelecidos percentuais da **produção** que devem ser reciclados pelas fabricantes, mas acordos setoriais que impõem medidas regionais como a implantação de pontos de coleta em certas regiões e os responsáveis por elas na cadeia produtiva.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Em cinco anos, <u>Governo Federal</u> investe R\$ 2,9 bi em programas de cooperação		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	


Tarso Veloso | De Brasília

O **Governo Federal** investiu R\$ 2,898 bilhões em outros países entre 2005 e 2009. Os investimentos, realizados por meio da Cooperação Brasileira para o **Desenvolvimento** Internacional, foram dirigidos para as áreas de assistência humanitária, bolsa de estudo para estrangeiros, cooperação técnica, científica e tecnológica, contribuições a organizações internacionais e bancos regionais e operações de paz.

O levantamento foi feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o apoio da Casa Civil do governo. O Ipea utilizou dados de **Ministérios**, instituições públicas e agências reguladoras brasileiras. As contribuições para organizações internacionais e bancos regionais responderam por cerca de 76% do total investido.

A assistência humanitária internacional (AHI) recebeu, no período pesquisado, R\$ 155 milhões, ou 5,36% do total da cooperação brasileira para o **desenvolvimento** internacional no período. A ajuda do **Brasil** a países ou regiões em situações de emergência ou calamidade pública atingiu R\$ 87 milhões em 2009. Os programas de bolsas de estudo para estrangeiros receberam R\$ 284 milhões durante o período, cerca de 10% do total.

Para participação em missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), o gasto autorizado foi de R\$ 689 milhões, sendo que R\$ 613 milhões foram efetivamente utilizados no período. O **Governo Federal** autorizou também R\$ 218 milhões em créditos extraordinários para o Programa Orçamentário Participação Brasileira em Missões de Paz, de responsabilidade do **Ministério** da Defesa.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma fará duro discurso sobre gasto público		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Dilma fará duro discurso sobre gasto público

A presidente Dilma Rousseff vai demarcar, na reunião ministerial de amanhã, as bases da política fiscal do governo para cumprir a meta de 3% do PIB de superávit primário. Em março, ela vai criar o Conselho de Gestão em Competitividade, ligado a Presidência, para cuidar da eficiência do gasto público.

No primeiro embate sobre gasto público - a definição do novo salário mínimo -, ela quer manter uma postura austera. Acha um equívoco querer mudar de forma oportunista a atual regra de correção pelo PIB de dois anos anteriores e IPCA dos últimos doze meses. Dilma concorda em arredondar o mínimo para R\$ 545 e lutará por isso no Congresso, para não ter de usar seu poder de veto.

Austeridade e câmbio na mira de Dilma

Claudia Safatle | De Brasília

A presidente Dilma Rousseff vai demarcar, na primeira reunião ministerial, amanhã, as bases da política fiscal do seu governo para cumprir a meta de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) de superávit primário e anunciará que pretende criar em março o Conselho de Gestão em Competitividade, ligado à Presidência, para cuidar da eficiência do gasto público.

No primeiro embate concreto a respeito do gasto público - o valor do novo salário mínimo - ela quer manter uma postura austera: R\$ 545. Dilma considera uma grande vitória o governo passado ter conseguido estabelecer uma regra de reajuste para o mínimo em acordo com as centrais sindicais. Avalia como um equívoco querer mudar de forma oportunista a atual regra de correção - pelo PIB de dois anos anteriores e IPCA dos últimos 12 meses - como se chegou a cogitar, para evitar que o reajuste do próximo ano seja de quase 14% por causa da exuberância do PIB de 2010. Com base nesses índices, o mínimo deste ano seria de cerca de R\$ 543, Dilma concorda em arredondá-lo para R\$ 545 e avisou a alguns de seus ministros que fará um enorme esforço para que o Congresso aprove um valor semelhante a esse para não usar o seu poder de veto.

Na reunião ministerial, Dilma vai avisar que não acatará indicações políticas para as agências reguladoras.

Quer preencher as vagas com nomes que sejam especialistas e tenham comprovada experiência nas respectivas áreas. Ela pretende fortalecer as agências para que não sejam capturadas, tanto pelos interesses do mercado como pela força do poder público. A Petrobras tem que temer a avaliação da Agência Nacional do Petróleo, na visão da presidente, assim como a Aneel tem que ser capaz de aplicar multa a Furnas, se for esse o caso. Mas as agências continuarão fora das áreas de definições políticas e de planejamento setorial, funções que permanecerão com os respectivos Ministérios.

Falará aos ministros, também, do compromisso de seu governo com a ética e com as práticas republicanas de gestão e vai deixar explícito que tomará as devidas providências quando houver acusações fundadas a participantes do governo.

Dilma vai avisar que não acatará indicações políticas para as agências reguladoras

Nos 11 dias de exercício da presidência, Dilma já expôs a cada um dos seus ministros o que quer. A Edison Lobão, de Minas e Energia, disse que vai olhar com muito cuidado a situação das empresas distribuidoras. Elas vão passar por um processo de reestruturação e por uma disciplina de boa governança. Nenhuma das empresas controladas pela Eletrobras terá autonomia para agir de forma individual, disse a presidente. E a própria Eletrobras terá de passar por um novo padrão de governança para ser uma holding do porte da Petrobras.

Ela já cobrou de Lobão, também, a proposta de um marco regulatório para o setor de mineração. Disse a ele que não considera correto que um setor da importância e lucratividade no país como o mineral seja regulado por normas e leis dos anos 50. Dilma compartilhava com o ex-presidente Lula a avaliação que ele fazia, por exemplo, da Vale, uma das maiores mineradoras do mundo, que retira o minério de ferro do solo e o exporta sem agregar valor. Como exemplo do que considera um absurdo, cita vez ou outra o fato de os trilhos das ferrovias brasileiras serem importados. Esse problema está na raiz do relacionamento conflituoso do governo com o presidente da companhia, Roger Agnelli.

Sobre a questão cambial, uma pedra permanente no sapato do governo, a visão da presidente é clara: não pretende deixar que o **Brasil** pague uma conta indevida do processo de ajuste das economias americana e europeia. Dilma não vai tomar medidas "estapafúrdias ou mirabolantes" como controle cambial, conforme disse a um ministro. Mas quer que o Banco Central e os ministros da Fazenda e do **Desenvolvimento** façam o que for possível, dentro das práticas internacionais e de forma sistemática para evitar que o real continue se apreciando em relação ao **dólar**. Mais medidas macroprudenciais, como as anunciadas na semana passada pelo BC, poderão ser adotadas, desde que se preserve a essência do regime de taxas flutuantes. E novas providências devem ser preparadas para corrigir distorções que acabam por incentivar as **importações** em detrimento da **produção** nacional.

Dilma informou ao ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves, que não vai patrocinar uma reforma previdenciária. Aliás, seu governo não fará nenhuma reforma que tenha alto custo e dispersão de energia política se não trouxer uma melhoria de curto prazo à economia brasileira.

Assim, em vez de se empenhar na aprovação de um amplo projeto de reforma tributária, a presidente deve optar por três ou quatro projetos de mudança tributária mais fáceis de aprovação pelo Congresso e de repercussão **importante** para a economia, como o projeto de desoneração da folha de pagamento das empresas.

As primeiras ações da presidente na área fiscal serão as definições do corte de gastos do Orçamento para este ano. Não há, ainda, uma cifra estabelecida. Pode ser um corte na casa dos R\$ 40 bilhões. No encontro de amanhã, Dilma vai estabelecer um prazo para que cada ministro faça uma avaliação dos gastos de sua pasta e diga onde pode cortar. Estabelecerá como palavra de ordem do seu governo "fazer mais com menos". Ela tem convicção de que há gastos excessivos que podem ser cortados e já mencionou os setores que devem ser objetos da tesoura com facilidade: viagens, aluguéis, reformas, carros.

O governo não fará qualquer reforma que tenha alto custo e dispersão de energia política

Como na gestão de uma empresa, ela quer uma meta de redução de despesa por **Ministério**, além do contingenciamento que o governo fará do Orçamento. Cada ministro terá ainda que informar à presidente o que vai fazer com os restos a pagar de sua pasta. À exceção das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), todos os

demais gastos a serem pagos com os recursos da conta de restos a pagar podem ser objeto de revisão.

Para fazer mais com menos, será preciso perseguir a eficiência do gasto e esse será o objetivo do Conselho de Gestão. O empresário Jorge Gerdau Johannpeter fará parte desse conselho, cuja função será examinar com lupa a eficiência de cada real gasto com a saúde, a educação e outras áreas **importantes** do Orçamento.

Dilma sabe que não tem condições de fiscalizar cada pasta de seu governo, cada secretaria ou autarquia para ver se o dinheiro público está sendo bem aplicado ou, ainda, se está havendo corrupção no setor público federal. Mas depois de oito anos trabalhando no governo Lula, ela já tem plena ciência de onde estão os ralos por onde os recursos públicos escorrem e o que fazer para estabelecer mecanismos de controle. "Não quero a virtude dos homens, mas a das instituições", costuma dizer a presidente.

Impor um grau de eficiência ao gasto é, para a presidente, um dos desafios de sua gestão, ao lado do crescimento do investimento público. Uma das áreas carentes desse atributo é a de ciência e tecnologia. Se não houver uma mudança radical no padrão do gasto público nesse setor, não haverá inovação, segundo conversa que ela já teve com o ministro Aloizio Mercadante. Um exemplo das dificuldades enfrentadas é a falta de doutores e mestres no país, assim como a ausência de empresas que sejam receptoras da transferência de tecnologia.

Dilma quer buscar avanços também na área nuclear. O **Brasil** tem a terceira maior reserva de urânio e não faz o seu enriquecimento para abastecer as usinas de Angra. Ele vem todo de fora. A presidente tem a intenção de buscar parcerias privadas para a exploração do urânio e estimular a Eletronuclear a fazer o enriquecimento desse mineral. No enriquecimento, não há possibilidade de parcerias com o setor privado, iniciativa que a presidente considera uma loucura.

Na macroeconomia, as conversas nesses primeiros dias de governo são de que o crescimento do país - que deverá ser de 4,5% a 5% ao ano nos próximos anos - não produz crises porque é um crescimento que vem sendo sustentado pelo aumento do investimento. Dados ainda preliminares indicam que o investimento público já seria, em 2010, superior ao do período do governo Geisel, descontando o fato de que muitas empresas estatais foram privatizadas nos anos 90. Isso deve ter resultado numa taxa de investimento na casa dos 20% do **PIB** no ano passado, o que ocorreu simultaneamente a uma expansão do **mercado** de consumo de massa.

Como na gestão de uma empresa, a presidente quer uma meta de redução de despesa por **Ministério**

O país vai ter que trocar os pneus com o carro andando, disse a presidente em conversas recentes com ministros do seu governo. Ao mesmo tempo que cresce, terá que providenciar um ambicioso plano de educação para formar técnicos de nível médio, tecnólogos e profissionais de formação mais curta (em torno de 250 horas), como pedreiros, eletricitistas e soldadores.

Ao mesmo tempo, garante que vai cumprir uma promessa central da campanha, que é a de erradicação da miséria, e criar portas de saída do Bolsa Família através da formação de mão de obra, entre outras iniciativas.

Na área dos direitos humanos, será criada a Comissão da Verdade estritamente nos termos da lei. Ou seja, caberá à comissão apurar as práticas de tortura durante o regime militar e o desaparecimento de presos políticos. Não haverá retaliações nem qualquer mudança na Lei da Anistia, até por que o Supremo Tribunal Federal já definiu que a anistia é recíproca.

Não há uma visão de que a política externa da presidente Dilma Rousseff trará mudanças substanciais em relação à gestão Lula. O que se admite, no novo governo, é que há uma enorme diferença entre o **Brasil** de 2003, devedor e dependente do Fundo Monetário Internacional, e o **Brasil** de 2011, detentor de quase US\$ 300 bilhões em reservas cambiais. Há, também, uma grande diferença entre o que era o mundo desenvolvido antes e a crise que vive agora. Os Estados Unidos, por exemplo, aprenderam que não é possível achar que a relação entre dois países é unilateral. Mas se a visão dos EUA sobre o **Brasil** mudou, também a visão

do país sobre os EUA se modificou. Ambos podem ter, hoje, um relacionamento ativo, avaliam colaboradores da presidente.

A respeito de outras questões de política externa, a presidente já adiantou que não será leniente com desrespeitos aos direitos humanos e considera impossível o **Brasil** não se envolver nos temas relacionados com os conflitos no Oriente Médio.

Ela procurou saber no Itamaraty sobre as razões pelas quais o governo do Irã proibiu toda a obra do escritor Paulo Coelho, em decisão recente. Ouviu da diplomacia, em resposta, que foi uma ação do presidente Mahmoud Ahmadinejad contra a editora dos livros e não contra a obra do autor brasileiro.

Outra grande indagação é sobre qual será a relação de Dilma Rousseff com os movimentos sindicais, sobretudo tendo como parâmetro a convivência do ex-presidente **Lula** com as lideranças do mundo sindical. A perguntas dessa natureza, a presidente responde com tranquilidade: será uma convivência muito boa, até porque ao contrário do que ocorreu com **Lula** - que não teve apoio de todas as centrais na primeira eleição, em 2002 - com Dilma a adesão foi unânime.

Quanto aos demais movimentos sociais que, às vezes, criam constrangimentos para o governo, tais como as ameaças de invasão de propriedades que são feitas pelo MST, a presidente já fez uma reflexão sobre o assunto. Para ela, quem ameaça sabe que pode sofrer consequências.